

 @hojeemmoçambique

Nampula - Moçambique
E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

DESTAQUES



Zambézia regista 27 casos de naufrágio durante o primeiro semestre de 2025



Somos o melhor parceiro audiovisual
Dispomos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimídia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

Na Zambézia

Disputa de terra em Quelimane: Quem é o verdadeiro dono do espaço do Aeroporto?



©Hoje em Moçambique: Uma parte do espaço em disputa

A disputa por um espaço supostamente pertencente aos Aeroportos de Moçambique, localizado no bairro Manhaua, na cidade de Quelimane, tem sido motivo de grande controvérsia nos últimos tempos. A incerteza sobre a quem realmente pertence o terreno tem gerado conflitos entre moradores, uma vez que várias pessoas afirmam ser proprietárias da mesma área.

Na semana finda, por exemplo, uma família que alega ter adquirido o terreno desde o período colonial entrou em conflito com outra família que afirma tê-lo comprado posteriormente. O desentendimento entre ambas reacendeu a disputa pelo espaço.

Paula Feliz, suposta proprietária e que diz ter herdado o terreno da sua falecida mãe, contou como o caso teria ocorrido, "este espaço pertencia à minha mãe. Quando ela perdeu a vida, eu fiquei aqui. Agora aparece alguém a

dizer que este espaço é dele. Não sei quantos anos a minha mãe viveu aqui, e essa pessoa nunca apareceu. Só depois que ela morreu é que surgem a dizer que o terreno é deles. É isso que está a acontecer."

Apesar da sua alegação de posse desde o tempo colonial, Paula Feliz não possui documentação (DUAT) que comprove a titularidade do terreno em disputa.

Por outro lado, Geraldo Estevão, também suposto proprietário, neste caso o comprador do terreno, contesta a versão da primeira, "ela diz que tudo isso lhe pertence, até lá onde está a fábrica que os chineses estão a construir. E esta não é a primeira vez que discutimos. Já tivemos a primeira, a segunda, a terceira e agora a quarta vez. Ela insiste em dizer que tudo é dela."

O morador acrescenta que, recentemente, várias pessoas têm se declarado donos(as) da área, considerada durante

anos como um espaço supostamente abandonado.

O secretário do bairro Manhaua, Delfim Silvestre, também comentou o caso, "desde o tempo colonial, existiam cartões de camponeses que permitiam o uso desses espaços, mas nem machamba isto era um pântano cheio de caniço. Desde 2010, algumas pessoas começaram a ocupar e a transformar a área,

fazendo pequenas machambas. Até então, ninguém se tinha apresentado como dono."

Segundo o secretário, a situação agravou-se depois da construção de uma fábrica e da abertura de uma nova via de acesso no local, "só depois dessas obras é que começaram a aparecer novos 'donos'. Dizem que os verdadeiros proprietários são os avós, mas não apresentam nenhum documento. Se ao menos tivessem um cartão de camponês, poderíamos tentar mediar ou reconhecer a posse, mas não há nada."

De referir que a Direcção dos Aeroportos de Moçambique em Quelimane já se pronunciou informalmente sobre o caso, informando os residentes que construíram casas no local para abandonarem o espaço, uma vez que o terreno, aparentemente, pertence àquela entidade estatal.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Terrorismo em Cabo Delgado

Valige Tauabo desafia insurgentes a aproveitarem o Diálogo Nacional Inclusivo para manifestarem as suas preocupações



©Hoje em Moçambique: Visita do Governador de Cabo Delgado à Aldeia de Quelimane

Devido ao cenário actual do terrorismo que a província norte-nordeste de Cabo Delgado vem registando nos últimos anos, o Governador daquela parcela do país, Valige Tauabo, efectuou uma visita ao distrito de Mocímboa da Praia, concretamente à aldeia de Quelimane, para perceber melhor os maiores desafios que as comunidades locais enfrentam, com destaque para o terrorismo, e para desafiar os protagonistas deste mal a aproveitarem o processo do Diálogo Nacional Inclusivo como forma de se manifestarem e promoverem o diálogo que visa combater esta situação.

Na sua intervenção, o dirigente mostrou preocupação em torno deste problema que assola a província há mais de dez anos, uma situação marcada pela morte de muitos moçambicanos, perda de bens materiais e que, de igual modo, tem contribuído para a queda da economia e o retardamento do desenvolvimento sustentável da província.

envolvimento sustentável da província.

“Nós temos um assunto que nos inquieta, que não nos permite desenvolver a nossa província de forma acelerada; que não permite que as nossas crianças, em idade escolar, frequentem as aulas tranquilamente; que impede que as nossas mães e os nossos pais, que têm as suas terras para produzir comida, possam trabalhar em segurança. Estamos a falar de uma acção de malfetores que vem afectando a nossa província”.

No entender de Valige Tauabo, este cenário tem contribuído para o atraso do desenvolvimento local, pelo que vê o Diálogo Nacional Inclusivo como uma oportunidade de convidar os terroristas a manifestarem-se e apresentarem os reais motivos que os levam a praticar tais actos e semear o terror nas comunidades.

“Com esse diálogo nacional inclusivo, queremos perceber onde está o pro-

blema. Se alguém se sente ferido em alguma coisa, então este é o momento para trazer esses assuntos à mesa, para serem compreendidos e encontrarmos um consenso que una todos os moçambicanos em prol do desenvolvimento do país”, defendeu Tauabo, acrescentando que não restam dúvidas de que estes indivíduos procuram quebrar a unidade nacional.

Contudo, o Governador acredita ser possível devolver a paz e a união a Cabo Delgado, apontando a colaboração de todos como factor essencial para restaurar a normalidade daquela parcela do país.

“Tudo o que tem acontecido de mal aqui em Mocímboa da Praia exige de nós união e vigilância. Trazemos palavras de conforto e esperança de que melhores dias virão para o nosso país e para a nossa província. Mas isso só será possível se permanecermos coesos, unidos, vigilantes, denunciante e comprometidos com o diálogo nacional inclusivo.”

De referir que mais de três mil cidadãos perderam a vida em consequência dos ataques terroristas que ocorreram naquela parcela do país, deixando luto nas famílias directamente afectadas e em toda a nação moçambicana.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Acidentes Marítimos - 2025

Zambézia regista 27 casos de naufrágio durante o primeiro semestre

Com as mudanças climáticas que se têm registado nos últimos dias, a questão das actividades marítimas com destaque para a pesca e o transporte de pessoas e bens para diferentes pontos do país através da via marítima tem-se tornado uma verdadeira questão de vida ou morte.

Falando no âmbito das celebrações do Dia Mundial do Marrrinha, a directora do Gabinete do Secretário de Estado da Zambézia, Vitória da Gora Júlio, manifestou a sua preocupação em torno dos acidentes e incidentes marítimos.

“Só neste ano, a nossa província registou 27 casos de naufrágios, com maior destaque para o distrito de Chinde, o que representa uma grande preocupação para as autoridades marítimas e para o governo em geral,” – A responsável afirmou e acrescentou que as consequências desses acidentes têm semeado luto nas famílias e contribuído para a perda de bens materiais das populações afectadas.

Ainda na mesma linha, Vitória da Gora Júlio desafiou o Instituto Nacional da Marinha (INAMAR) a envidar esforços para reforçar a vigilância e a sensibilização sobre a observância das medidas de segurança marítima, com destaque para a verificação das condições de navegabilidade das embarcações, quer para a pesca, quer para o transporte de pessoas e mercadorias antes de se fazerem ao mar.

Por seu turno, Bela Mabosso, administradora do INAMAR na Zambézia, garantiu que a instituição irá intensificar as acções de fiscalização e sensibili-



@Rádio Moçambique: Acidente marítimo

zação junto dos trabalhadores marítimos.

“Relativamente à fiscalização, nós vamos intensificar as nossas acções. Estamos a trabalhar para que não haja irregularidades no mar, nas águas lacustres e fluviais. Essa é a nossa missão, garantir a segurança marítima e o cumprimento integral da legislação vigente.”

Outro problema apontado prende-se com os crimes marítimos, sobretudo a captura e venda de espécies em extinção. Os distritos de Pebane, Maganja da Costa e Chinde destacam-se como os mais vulneráveis a estas práticas ilegais.

Questionada sobre o assunto, Bela Mabosso explicou que, “os agentes de fiscalização estão no terreno para garantir o cumprimento da lei. No entanto, temos sempre um ou outro infractor. Por isso, além de sensibilizarmos, também aplicamos penalizações para assegurar que não haja crimes marítimos.”

Importa referir que a província da Zambézia possui aproximadamente 300 quilómetros de costa marítima,



Vitória da Gora Júlio, Directora do Gabinete do SdE

numa altura em que as autoridades enfrentam desafios relacionados com a falta de meios de patrulhamento e fiscalização factores que contribuem para o aumento de pesca ilegal, tráfico de drogas e outras práticas ilícitas ao longo da costa.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

2ª Sessão do Conselho Executivo Provincial da Zambézia

Pio Matos admitiu falhas na implementação de projectos planificados



©Hoje em Moçambique: 2ª Sessão do Conselho Executivo Provincial

As informações foram avançadas na semana finda pelo Governador da Província da Zambézia, Pio Matos, no âmbito da 2ª Sessão do Conselho Executivo Provincial, que teve lugar na Assembleia Provincial da Zambézia. Um dos principais objectivos do encontro foi debater o Plano Económico e Social para o ano de 2026, bem como analisar o balanço das actividades do executivo referente ao primeiro semestre de 2025.

Na sua intervenção, o governante afirmou que os desafios enfrentados pelo governo desta parcela do país nos últimos tempos contribuíram para que algumas actividades previstas para este ano não fossem executadas.

“Das actividades contempladas para o primeiro semestre, nem tudo foi realizado, mas o Conselho Executivo está a fazer de tudo para que, no tempo que ainda nos resta, possamos de facto cumprir os compromissos assumidos com a população da província

da Zambézia”, afirmou Pio Matos.

O dirigente acrescentou que o início do novo ciclo de governação trouxe igualmente constrangimentos que condicionaram o cumprimento integral do plano. “Quero apenas recordar que estamos num ano bastante atípico, em que o novo ciclo de governação iniciou e, ao começar, houve alguns factores que não correram bem, como por



Pio Matos, Governador da Zambézia

exemplo o tardio processo de aprovação do Orçamento do Estado para este ano. Isso fez com que o nosso plano tivesse igualmente um início tardio”.

Na ocasião, o Governador apelou aos participantes da 2ª Sessão do Conselho Executivo Provincial para que o debate fosse aberto e construtivo, de modo a encontrar soluções viáveis que permitam reorientar as actividades que ainda não foram concretizadas. “Estamos aqui para ouvir conselhos e observações que possam ser incorporadas na construção do plano do próximo ano”.

Sabe-se que a 2ª Sessão do Conselho Executivo Provincial, dirigida por Pio Matos, teve a duração de dois dias e incluiu igualmente a análise de documentos governativos submetidos pela Assembleia Provincial, num contexto em que decorre o novo ciclo de governação.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Crónica do Dia

www.hojeemmoçambique.org



MOMADE IAHAIA

“A TAXA QUE SÓ OUVI UMA VOZ”

Dizem que a voz é o eco da alma de um povo. Mas em Moçambique, até o eco tem dono. Todos os meses, nas facturas da energia, há uma cobrança que se esconde entre os números a taxa de radiodifusão. Um valor pequeno, mas carregado de grandes silêncios.

Cobra-se a todos, dos bairros de cimento às aldeias de barro, com a promessa de sustentar o “serviço público de rádio”. Mas quando o dinheiro fala, só uma voz é ouvida: a da Rádio Moçambique. Enquanto isso, as rádios comunitárias essas que fazem jornalismo com o coração e fios de cobre sobrevivem com o vento.

Veja-se a Rádio Parapato de Angoche e a Rádio Macone de Moma: duas vozes locais que resistem à maré, transmitindo em condições que fariam corar qualquer gestor de gabinete refrigerado. Faltam microfones, combustível, antenas, internet e até esperança.

Mas quando tentam respirar, surge outro peso: o INCM, com as suas taxas altas de uso de espectro e uma lista de exigências que nem sempre combinam com a realidade do matope. Ameaçam, avisam, e às vezes, fecham as rádios, por não conseguirem cumprir regras feitas por quem nunca entrou num estúdio de chão batido.

No papel, a taxa serve para sustentar o “serviço público de radiodifusão”. Na prática, ela sustenta apenas uma voz a Rádio Moçam-

bique deixando o resto do país a falar sozinho. E as rádios do Instituto de Comunicação Social, que são do próprio Estado, também ficam de fora.

Recebem migalhas orçamentais, enquanto as vozes comunitárias aquelas que dão nome aos rostos esquecidos lutam com pilhas gastas, cabos improvisados e microfones cansados de repetir o mesmo pedido: “Não queremos esmolas, queremos reconhecimento.”

O paradoxo é gritante: O pescador de Angoche paga a taxa para ouvir a rádio nacional mas a única que lhe fala sobre a maré, o peixe e a escola dos filhos é a rádio comunitária da sua vila.

A camponesa de Moma paga a taxa pela radiodifusão mas é a rádio local que anuncia o mercado, a vacina e o parto da vizinha. Enquanto isso, os milhões da taxa seguem o mesmo caminho de sempre: o das instituições que já têm voz, já têm antena, já têm microfone.

E se pensas que termina aí, há mais injustiça a sintonizar: até as viaturas continuam a pagar à Rádio Moçambique a taxa de rádio, uma cobrança exclusiva, herdada de tempos em que o Estado ainda confundia o som público com o som oficial.

E para agravar, as instituições locais do Estado usam as rádios comunitárias a título zero — sob o argumento de que “a rádio tem responsabilidade social e deve apoiar o governo local”.

A Secretaria do Governo do Distri-

to, as localidades e postos administrativos, e até o Serviço Distrital de Saúde recorrem à rádio para divulgar mensagens, campanhas e cerimónias sem nunca considerar os custos que essa rádio enfrenta.

Quando há eventos ou deslocações oficiais, pagam ajudas de custo a todos os participantes, menos à rádio comunitária porque, dizem, “não é do Estado”. Mas curiosamente, é a rádio que mais serve o Estado, levando informação onde o poder raramente pisa.

É como se o Estado dissesse: “Falem, mas que o vosso som não se confunda com o nosso.” Mas quem entende de rádio sabe som não se cala, só se dispersa.

E um dia, essas pequenas rádios, alimentadas por voluntários e sonhos, farão mais barulho do que as que têm estúdios de mármore. Porque a força da palavra não está na potência da antena, mas na verdade que carrega.

No fim, fica a pergunta: Se a voz é um bem público, por que só alguns têm direito de a amplificar?

A taxa é paga por todos mas a justiça sonora ainda é privilégio de poucos. E assim seguimos: num país onde o silêncio é subsidiado, e o eco da comunidade ainda espera um canal.